

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº. 203

Período: 18/03/06 a 24/03/06

Franca – Brasil

- 1-Força Aérea Brasileira atua como apoio ao contingente no Haiti
- 2-Marinha quer atrair investimento privado para operações na Antártida
- 3- Permanecem as polêmicas sobre o envolvimento de ex-membros do Exército no tráfico
- 4- Operação realizada no ano de 2004 contou com negociação entre Exército e traficantes das favelas do Rio de Janeiro
- 5-Comissão de Ética reconhece tratamento privilegiado ao General do Exército no caso do voo pela Tam
- 6-Polícia Federal investiga desvio de armas do Exército do Suriname para traficantes
- 7- Norte-americanos pretendem participar de operações de inteligência na Tríplice Fronteira

1- Força Aérea Brasileira atua como apoio ao contingente no Haiti

De acordo com Gilberto Amaral, colunista do *Jornal do Brasil*, a Força Aérea Brasileira (FAB) vem realizando dois tipos de missão para apoiar o contingente de militares brasileiros que atuam na força de paz das Nações Unidas no Haiti (Minustah). Além de transportar os suprimentos para as tropas nacionais presentes no país caribenho, como gêneros alimentícios, medicamentos, roupas e correspondências, é a FAB quem garante o rodízio de militares brasileiros, de seis em seis meses. (*Jornal do Brasil – Colunas – 18/03/06*).

2- Marinha quer atrair investimento privado para operações na Antártida

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm), ligada à Marinha Brasileira, decidiu recorrer a empresas privadas na tentativa de buscar verbas para a manutenção da logística das operações desenvolvidas na estação Comandante Ferraz – base brasileira instalada desde fevereiro de 1984, na península Antártica. Além da Petrobrás (estatal brasileira do petróleo), que já estaria firmando um acordo para o fornecimento de tanques de combustível à base, segundo o contra-almirante José Eduardo Borges de Souza, secretário da Cirm, bancos privados e empresas de telecomunicações também seriam alvos da comissão para desenvolver projetos conjuntos na Antártida. De acordo com cálculos da Cirm, o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) necessitaria de pelo menos R\$10 milhões, em 2006, para não ser paralisado, sendo que o valor máximo do Orçamento previsto para ele, neste ano, seria de R\$2 milhões. Pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa, além de militares e técnicos, trabalham em regime de revezamento na estação Comandante Ferraz. Os projetos abrangem as áreas de ciências da terra, tecnológicas, biológicas e meteorológicas. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 18/03/06*).

3- Permanecem as polêmicas sobre o envolvimento de ex-membros do Exército no tráfico

Segundo noticiaram os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, o ex-cabo do Exército, Joelson Basílio da Silva, confessou ter sido o mentor da invasão ao Estabelecimento Central de Transporte (ECT), em São Cristóvão, que resultou no furto de dez fuzis e de uma pistola da corporação militar. Silva, que serviu no ECT por cinco anos, foi desligado do Exército no fim de fevereiro último. Em seu depoimento, o ex-

cabo tentou justificar a ação dizendo ter ficado revoltado com a baixa do quartel, além de que, na ocasião, estava necessitando de dinheiro. O Exército estaria ainda investigando outros civis e militares que, de acordo com as informações relatadas por Silva, participaram do roubo ao quartel. O Inquérito Policial Militar (IPM) já identificou dois ex-militares, um militar e ao menos quatro civis que participaram do roubo. Com o objetivo de cumprir um mandado de busca e apreensão ligado ao Inquérito que apura o roubo de armas do ECT e prender um dos supostos assaltantes, após uma semana sem invasões maciças nas favelas do Rio, o Exército voltou a ocupar, no dia 20 de março, a favela do Dique, localizada na zona norte. O *Globo* relatou a apreensão de documentos, telefones celulares, CDs, fitas cassetes, agendas, fotos e cadernos de endereços e telefones, que pertencem ao suspeito apontado em depoimento pelos dois ex-militares presos na semana passada – o ex-cabo Joelson Basílio da Silva, 23, e o ex-soldado Carlos Leandro de Souza, 22 – que confessaram participação no roubo. Tem sido constante a citação de militares e ex-militares de baixa patente em condenações e denúncias, em processos da Justiça Militar, por envolvimento em roubos ou extravios de armas e munições de quartéis no Rio de Janeiro, comentou *O Globo*. O *Jornal do Brasil* noticiou a prisão do sargento Humberto Freire, ocorrida na manhã do dia 22 de março. O sargento estava lotado no ECT e foi acusado de envolvimento com a quadrilha que roubou do quartel 10 fuzis e uma pistola. Câmeras próximas ao quartel gravaram a ação da quadrilha e mostraram a agressão ao militar, que teve fraturas no nariz e no malar (osso da face) direito. Os investigadores do caso acreditam que o sargento encenou a agressão de modo que as suspeitas não recaíssem sobre ele. Freire foi considerado suspeito a partir de contradições em seu depoimento. Desde o início das investigações desconfiava-se de que alguém da unidade estaria envolvido com os invasores. O juiz Marco Aurélio Petra de Mello, da 4ª Auditoria Militar expediu o mandado de prisão temporária de Humberto Freire, que se encontra detido no 1º Batalhão de Polícia do Exército, junto ao ex-cabo Joelson Basílio da Silva e ao ex-soldado Carlos Leandro de Souza. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) abriu uma representação criminal contra o chefe do CML, general Domingos Curado, que não compareceu ao órgão para prestar esclarecimentos a respeito das operações do Exército nas favelas cariocas, e se negou a entregar uma cópia do Inquérito Policial Militar sobre as mesmas, alegando questão de segurança nacional. Além disso, a *Folha de S. Paulo* informou que o general Curado requereu no Superior Tribunal de Justiça que as investigações do MPF sobre violações dos direitos humanos por parte do Exército sejam proibidas. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Militar (MPM) recomendou ao Exército que retire seus fuzis de quartéis em que eles não sejam usados para treinamento de tropas, pois a presença de armas torna as unidades vulneráveis. Segundo o promotor Antônio Carlos Facuri, a sugestão já foi seguida pela Força Aérea Brasileira (FAB), sendo que os fuzis HK-33 da FAB foram trocados por espingardas do tipo G-12 no ano passado. Eficazes para coibir invasões, elas são menos visadas por traficantes porque pesam mais, têm manuseio difícil e alcance menor que o de fuzis. Segundo consta nos autos da Justiça, desde 2000 já foram roubadas 211 armas das guarnições militares, sendo que a maioria do armamento foi parar em posse de traficantes. Porém, o envolvimento entre militares e ex-militares com o tráfico não se resume apenas ao desvio de armas ou auxílio à invasão de unidades da corporação. Integrantes ou ex-integrantes das Forças Armadas passaram, agora, a pertencer a quadrilhas de criminosos, ajudando-as na logística de operações ao fornecerem conhecimentos sobre táticas de guerra em troca da remuneração perdida com a dispensa da carreira militar. A participação do Exército na contenção do crime organizado também foi foco dos jornais nesta semana. Conforme publicou a *Folha de S. Paulo*, com base em informações passadas pela Secretaria de Direitos Humanos do governo do Rio de Janeiro, o Ministério Público Federal (MPF) se prepararia para instaurar uma ação contra a força, em função da suposta violação dos direitos humanos

dos moradores do Morro da Providência, na capital carioca, por parte dos militares que, durante 8 dias, ocuparam o local. Entre as acusações sobre a corporação, pesam relatos de agressões físicas a moradores, destruição de casas e espaços públicos e até a morte de um estudante. O porta-voz do Comando Militar do Leste, defende-se sob o argumento de que eram falsas as acusações contra os militares e que os moradores ouvidos pelo MPF estavam a serviço de traficantes com a finalidade de difamar a corporação. Em artigo reportado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, que questionava o emprego do Exército no combate ao crime organizado no Rio de Janeiro, César Maia, prefeito da capital carioca, defendeu tal atuação da corporação militar com veemência, alegando que, por ser o tráfico de drogas indissociável do uso de armas de fogo, e a competência pelo controle das mesmas estaria prevista constitucionalmente ao Comando Exército, de acordo com a essência da lei nº 10.826 em seu artigo 24, caberia, somente então, ao próprio Exército a obrigação de zelar e defender as normas constitucionais brasileiras, na forma da repressão ao tráfico de armas e drogas. Já Walter Maierovitch, presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais Giovanne Falcone, quando confrontado pela mesma pergunta, discordou da opinião de César Maia. Para o primeiro, as Forças Armadas, como instituído pelo Código de Processo Penal Militar, até poderiam realizar o papel de polícia em operações para recuperar armamento quando subtraído do seu arsenal. No entanto, a função policial prescrita seria de ordem discricionária, e não arbitrária, incapacitando-lhes, dessa maneira, o exercício do poder de polícia judiciária militar para promoção de operações de guerra, como a que se viu no Rio de Janeiro. Além disso, o emprego das Forças Armadas somente se ensejaria, segundo a Constituição Federal, através do decreto do estado de defesa ou de sítio pelo presidente da República, e com a finalidade objetiva de garantir o cumprimento da lei e da ordem. Maierovitch assim conclui que a questão do encontro das armas teria virado secundário diante da afronta constitucional, e que estaria havendo uma desobediência à preservação do Estado democrático de Direito no Brasil com as operações militares. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/03/06; Folha de S. Paulo – Opinião – 18/03/06; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 19/03/06; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 21/03/06; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/03/06; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 24/03/06; Jornal do Brasil – Brasil – 18/03/06; Jornal do Brasil – Rio – 21/03/06; Jornal do Brasil – Rio – 23/03/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/03/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 21/03/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 23/03/06; O Globo – O País – 18/03/06; O Globo – Rio – 21/03/06; O Globo – Rio – 24/03/06).

4- Operação realizada no ano de 2004 contou com negociação entre Exército e traficantes das favelas do Rio de Janeiro

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que durante uma ação do Exército na favela de Antares, no Rio de Janeiro, no ano de 2004, um oficial do Exército concordou em retirar as tropas da favela para reaver um fuzil furtado por um soldado do Batalhão Escola de Engenharia. De acordo com documentos da Justiça Militar, a operação foi negociada por um policial militar, mas com o aval desse oficial do Exército. Participaram da ação pelo menos dois oficiais e equipes da Polícia do Exército e da Companhia de Inteligência. O furto foi realizado pelo soldado Ivison Bastos dos Santos, que foi preso e delatou dois receptadores civis. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 23/03/06).

5- Comissão de Ética reconhece tratamento privilegiado ao General do Exército no episódio do voo pela TAM

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República examinou a defesa apresentada no dia 07/03/06 pelo comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, sobre o episódio em que ele se envolveu ao embarcar num voo doméstico

já lotado. Na sua defesa, o general diz que apenas se limitou a apresentar queixa “como cidadão” ao Departamento de Aviação Civil (DAC) em Viracopos, Campinas, e não praticou abuso de autoridade. Disse ainda que não sabia que o avião já estava decolando e que outros passageiros tiveram de sair para que ele embarcasse. Entretanto, sua argumentação se contradiz com o que está registrado no livro de ocorrências da Infraero, que diz que um suboficial do DAC “recebeu determinação” do militar de que “deveria estar a bordo”. Foram consideradas pela comissão as informações fornecidas por Albuquerque, a Infraero, a empresa aérea TAM e o Departamento de Aviação Civil (DAC). Mas não foi avaliado se o comandante do Exército cometeu abuso de poder. No entanto, foi constatado que Albuquerque teria recebido tratamento privilegiado, embora não tivesse transgredido ao Código de Ética da Administração Federal. A comissão, que não tem poder punitivo e nem prerrogativa de investigação, apenas orientou ao comandante do Exército para daqui por diante recusar ou não pedir qualquer privilégio em razão do cargo, deixando claro que está agindo como cidadão em suas demandas particulares, em entidades e órgãos públicos ou privados. O mesmo conselho se estendeu aos ministros e demais autoridades federais, para evitar constrangimento, como colocou o *Estado de S. Paulo*. Mesmo assim, os militares não gostaram do texto distribuído pela comissão, pois interpretaram como uma bronca no comandante, ainda que sutil. Já Albuquerque não pretende se pronunciar. A comissão decidiu dar por encerrado o caso. (Folha de S. Paulo – Brasil – 22/03/06; Jornal do Brasil – Brasil – 22/03/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/03/06; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/03/06; O Globo – O País – 22/03/06).

6- Polícia Federal investiga desvio de armas do Exército do Suriname para traficantes

O governo brasileiro enviou ao Suriname, na fronteira norte do País, agentes da inteligência da Polícia Federal e das Forças Armadas para investigar o roubo de granadas e munição retirados do depósito militar central da capital do Suriname, Paramaribo. As armas foram vendidas para facções criminosas do Rio de Janeiro e de São Paulo, segundo averiguaram a Polícia Federal (PF) e o Comando Militar do Leste (CML). Segundo o jornal surinamês *De Ware Tijd – DWT* – uma autoridade do país revelou que o envio da missão da PF e dos militares aconteceu "pelo envolvimento de funcionários surinameses de alto nível no contrabando de armas para o Brasil". A mesma fonte informou que a presença dos oficiais e policiais "atesta a pouca confiança do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas investigações sob responsabilidade local". O contrabando sistemático envolveria cerca de 750 granadas de fragmentação, letais num raio de 70 metros, além de milhares de projéteis para fuzis calibre 7,62 mm e pistolas 9 mm. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, trata-se de um assunto sigiloso e um dos últimos dados incorporado ao dossiê montado pelo Ministério das Relações Exteriores registra a apreensão de 100 quilos de cocaína pura no porto livre de Nickerie, que seria resultado da troca por armas com traficantes dos morros cariocas de acordo com um despacho enviado ao Itamaraty pelo chefe da polícia surinamesa, comandante Elfriet Meetrus. O principal suspeito de chefiar a operação, Mukesh Jhinoe, fugiu em direção à Guiana. O vôo foi monitorado pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Armas obteve cópias de gravações de contatos de contrabandistas com traficantes e apurou que no Suriname armas são importadas legalmente e levadas ao armazém das Forças Armadas apenas para serem depois desviadas. Os principais clientes são o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), segundo apuraram a PF e o CML, sendo o pagamento feito em droga bruta, dinheiro e ouro em barras. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 21/03/06).

7- Norte-americanos pretendem participar de operações de inteligência na Tríplice Fronteira

De acordo com o *Jornal do Brasil*, a Polícia Federal Brasileira estuda uma proposta norte-americana de enviar ao Brasil agentes para atuar na segurança da Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai), de forma a coibir as operações de lavagem de dinheiro, tráfico de armas e de drogas, falsificações, violações à propriedade intelectual, entre outros crimes. O Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos pretende provar que o grupo libanês Hisbolá recebe dinheiro de comunidades islâmicas instaladas nos arredores da Tríplice Fronteira. Entretanto, na opinião do especialista em política do Mercosul e integrante do Centro de Estudos Estratégicos Sul-Americanos, Carlos Mele, a presença de funcionários da Immigration and Customs Enforcement (ICE), agência norte-americana que monitora operações antiimigração e de comércio ilegal, é uma ameaça às Inteligências do Brasil, Argentina e Paraguai, pois eles teriam acesso ao dados de segurança nacional. (*Jornal do Brasil – Internacional – 24/03/06*)

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

O *Informe Brasil* é uma produção do **Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Franca/SP, sob coordenação do Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre.

***Equipe:

Alexandre K. Yasui Matsuyama (Redator, graduando em Relações Internacionais); Ana Paula da Silva (Redatora, graduanda em História); André Marron (Web master, graduando em Relações Internacionais); Carla Rubacow (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História); Juliana Bigatão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, Bolsista FAPESP); Leonardo Soares (Redator, graduando em Relações Internacionais) e Maíra Bichir (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).

**** As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.